REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

DESAFIOS DA SELETIVIDADE ALIMENTAR E A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR: UM ENFOQUE NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE BERTIOGA/SP

Luciane Costa de Oliveira

Bruno Gonçalves dos Santos

RESUMO: Este artigo analisa desafios e estratégias relacionados à inclusão de estudantes com seletividade alimentar na rede pública de ensino, considerando as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Trata-se de estudo qualitativo, de natureza descritiva, composto por revisão bibliográfica narrativa e relato de experiência profissional desenvolvido na rede municipal de Bertioga/SP entre 2020 e 2025. A revisão abordou aspectos nutricionais, sensoriais, comportamentais e sociais da seletividade alimentar, com atenção especial às situações associadas ao Transtorno do Espectro Autista e ao Transtorno Alimentar Restritivo Evitativo. O relato de experiência permitiu discutir situações observadas na gestão da alimentação escolar, incluindo o aumento de demandas por adequações alimentares, a necessidade de orientações individualizadas e a sobrecarga das equipes técnicas e operacionais. A análise evidencia que a inclusão alimentar ultrapassa a adaptação do cardápio, envolvendo condições de participação, convivência, segurança e respeito às particularidades dos estudantes. Destacam-se como estratégias a capacitação permanente, a articulação entre saúde, educação e assistência social, a comunicação com as famílias e a organização de protocolos institucionais. Conclui-se que a efetivação da inclusão alimentar requer fortalecimento da capacidade institucional e práticas intersetoriais, sem transferir às equipes de alimentação escolar responsabilidades que dependem de planejamento e suporte da política pública.

Palavras-chave: Seletividade alimentar; Alimentação escolar; Inclusão escolar; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Educação alimentar e nutricional.

CHALLENGES OF FOOD SELECTIVITY AND THE PROMOTION OF SCHOOL INCLUSION: AN APPROACH IN THE PUBLIC-SCHOOL NETWORK OF BERTIOGA, BRAZIL

ABSTRACT: This article analyzes challenges and strategies related to the inclusion of students with food selectivity in public schools, considering the guidelines of the Brazilian National School Feeding Program (PNAE). This is a qualitative, descriptive study combining a narrative literature review with a professional experience report developed in the municipal school network of Bertioga, São Paulo, Brazil, between 2020 and 2025. The review addressed nutritional, sensory, behavioral, and social aspects of food selectivity, with particular attention to situations associated with Autism Spectrum Disorder and Avoidant/Restrictive Food Intake Disorder. The experience report discusses situations observed in school food management, including increasing demands for dietary adaptations, the need for individualized guidance, and workload pressures on technical and operational teams. The analysis indicates that food inclusion goes beyond menu adaptation and involves participation, social interaction, safety,

ISSN: 3085-556X

and respect for individual needs. Continuing professional education, coordination among health, education and social assistance sectors, communication with families, and institutional protocols emerge as relevant strategies. Effective food inclusion requires strengthened institutional capacity and intersectoral practices, without transferring to school food teams responsibilities that depend on public-policy planning and support.

KEYWORDS: Food selectivity; School feeding; School inclusion; National School Feeding Program; Food and nutrition education.

DESAFÍOS DE LA SELECTIVIDAD ALIMENTARIA Y PROMOCIÓN DE LA INCLUSIÓN ESCOLAR: UN ENFOQUE EN LA RED PÚBLICA DE ENSEÑANZA DE BERTIOGA, BRASIL

RESUMEN: Este artículo analiza los desafíos y estrategias relacionados con la inclusión de estudiantes con selectividad alimentaria en la red pública de enseñanza, considerando las directrices del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE). Se trata de un estudio cualitativo y descriptivo que combina una revisión bibliográfica narrativa con un relato de experiencia profesional desarrollado en la red municipal de enseñanza de Bertioga, São Paulo, Brasil, entre 2020 y 2025. La revisión abordó aspectos nutricionales, sensoriales, conductuales y sociales de la selectividad alimentaria, con especial atención a situaciones asociadas al Trastorno del Espectro Autista y al Trastorno de la Ingesta de Alimentos Evitativa/Restrictiva. El relato de experiencia analiza situaciones observadas en la gestión de la alimentación escolar, incluyendo el aumento de demandas de adecuaciones alimentarias, la necesidad de orientaciones individualizadas y la sobrecarga de los equipos técnicos y operativos. El análisis muestra que la inclusión alimentaria supera la adaptación del menú e involucra participación, convivencia, seguridad y respeto a las particularidades de los estudiantes. Se destacan la capacitación permanente, la articulación entre salud, educación y asistencia social, la comunicación con las familias y la organización de protocolos institucionales. La inclusión alimentaria efectiva requiere fortalecer la capacidad institucional y las prácticas intersectoriales.

PALABRAS CLAVE: Selectividad alimentaria; Alimentación escolar; Inclusión escolar; Programa Nacional de Alimentación Escolar; Educación alimentaria y nutricional.

1. INTRODUÇÃO

A alimentação escolar constitui componente relevante das políticas de promoção da saúde, da segurança alimentar e nutricional e da permanência dos estudantes na escola. No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) organiza a oferta de alimentação aos estudantes da educação básica pública e estabelece diretrizes relacionadas à alimentação saudável e adequada, à educação alimentar e nutricional e à atenção a estudantes que necessitam de cuidados específicos (Brasil, 2009; Brasil, 2026a).

A Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, atualmente disciplina a gestão e a oferta da alimentação escolar no âmbito do PNAE e estabelece que a alimentação

ISSN: 3085-556X

escolar é direito dos estudantes da educação básica pública. A norma também determina que a alimentação saudável e adequada deve respeitar a faixa etária, o estado de saúde e as necessidades específicas dos estudantes (Brasil, 2026a).

Nesse contexto, a seletividade alimentar representa uma demanda que pode produzir repercussões nutricionais, sensoriais, comportamentais e sociais. Em termos gerais, caracteriza-se por repertório alimentar restrito, recusa ou preferência intensa por determinados alimentos. É importante distingui-la de transtornos alimentares diagnosticáveis, como o Transtorno Alimentar Restritivo Evitativo (TARE), que possui critérios clínicos próprios e pode produzir prejuízos nutricionais ou psicossociais relevantes (Organização Mundial da Saúde, 2019; Murray, 2024).

Em estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), dificuldades alimentares podem estar associadas a particularidades sensoriais, necessidade de previsibilidade, padrões repetitivos e dificuldades de adaptação a mudanças. A seletividade, contudo, não constitui critério diagnóstico isolado do TEA. Sua ocorrência deve ser compreendida de maneira individualizada, evitando generalizações e medicalização indevida (Lobo et al., 2023; Bonfim et al., 2025).

No ambiente escolar, essas particularidades podem adquirir dimensão adicional. O estudante não precisa apenas receber uma refeição nutricionalmente adequada; precisa conseguir participar do momento coletivo da alimentação em condições de segurança, dignidade e pertencimento. Por isso, a inclusão alimentar envolve tanto a composição e a apresentação da refeição quanto o ambiente, as relações sociais, a organização do trabalho e a comunicação entre escola, família e serviços de saúde.

Na rede pública municipal de Bertioga/SP, a experiência profissional relatada neste estudo aponta para crescimento da demanda por adequações alimentares desde 2020. Entre 2024 e 2025, foram registrados 35 documentos médicos relacionados a essa demanda, além de encaminhamentos de nutricionistas e solicitações de famílias. Esses registros constituem informação administrativa observada na experiência profissional e não devem ser interpretados como estimativa de prevalência de seletividade alimentar na população escolar.

O aumento da demanda traz questões que ultrapassam a capacidade de adaptação individual de cada refeição. Em escolas de tempo integral, por exemplo, os estudantes permanecem por períodos prolongados e realizam diferentes refeições, ampliando a

ISSN: 3085-556X

necessidade de planejamento. A prática de envio de alimentos de casa pode ser necessária em determinadas situações, mas também produz questões de equidade, convivência coletiva, segurança alimentar e limites operacionais do PNAE.

Outro desafio diz respeito às condições de trabalho. Merendeiras podem ser demandadas a preparar diferentes apresentações ou substituições em curto período, enquanto nutricionistas acumulam funções técnicas e administrativas. A resposta individualizada, quando não acompanhada de planejamento institucional, pode transformar uma demanda de inclusão em sobrecarga de trabalho e produzir soluções heterogêneas entre unidades.

Apesar da ampliação das discussões sobre seletividade alimentar e inclusão, ainda são relativamente escassos os estudos que articulam a dimensão clínica e nutricional do fenômeno aos desafios operacionais enfrentados por redes municipais de ensino para garantir alimentação escolar inclusiva. Nesse sentido, a experiência de Bertioga permite problematizar como diretrizes gerais do PNAE se materializam no cotidiano de uma rede municipal.

Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar os desafios relacionados à inclusão alimentar de estudantes com seletividade alimentar no contexto da alimentação escolar pública, articulando literatura científica e relato de experiência profissional na rede municipal de Bertioga/SP. Busca-se, especificamente, identificar desafios recorrentes, discutir estratégias adotadas e propor recomendações para qualificar práticas de alimentação escolar inclusiva.

2. METODOLOGIA

Trata-se de estudo qualitativo, de natureza descritiva, composto por duas estratégias complementares: revisão bibliográfica narrativa e relato de experiência profissional. O desenho foi definido dessa forma para diferenciar claramente as evidências provenientes da literatura das observações decorrentes da atuação profissional da autora na gestão da alimentação escolar.

A revisão narrativa considerou publicações científicas e documentos técnicos relacionados à seletividade alimentar, alimentação escolar, inclusão, TEA, TARE e educação alimentar e nutricional. Foram consultadas fontes como SciELO e periódicos científicos, além de documentos oficiais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, legislação federal e documentos técnicos de órgãos profissionais. A busca considerou prioritariamente

ISSN: 3085-556X

publicações recentes e referências clássicas diretamente relacionadas ao objeto. Por se tratar de revisão narrativa, não foram aplicados procedimentos próprios de revisões sistemáticas, como protocolo registrado, avaliação formal de risco de viés ou metanálise.

O material bibliográfico foi organizado por eixos temáticos: seletividade alimentar e distinção em relação ao TARE; seletividade alimentar no TEA; impactos nutricionais e psicossociais; PNAE e direito à alimentação escolar; e desafios da nutrição inclusiva no ambiente escolar. A análise foi interpretativa e buscou aproximar os diferentes autores e documentos, identificando convergências, tensões e implicações para a prática escolar.

O relato de experiência tem como referência a atuação profissional da autora na rede pública municipal de Bertioga. A autora atua na rede desde 1994 como técnica em nutrição e, desde 2020, como nutricionista responsável. O período analisado compreende 2020 a 2025, tendo como foco situações relacionadas à demanda por adequações alimentares para estudantes com seletividade alimentar. O relato não pretende estimar prevalência nem estabelecer relação causal; sua finalidade é sistematizar e discutir uma experiência profissional situada à luz da literatura e da normativa do PNAE.

Entre os registros utilizados na experiência profissional estão prescrições médicas, encaminhamentos de profissionais nutricionistas e solicitações familiares. O dado de 35 prescrições registradas entre 2024 e 2025 é apresentado como registro administrativo observado no contexto profissional. Não foram incluídos nomes, diagnósticos individualizantes ou outros elementos que permitam identificar estudantes.

Não houve intervenção experimental nem coleta direta de dados primários junto a estudantes ou familiares para este estudo. Por isso, as inferências sobre a experiência profissional não são apresentadas como resultados generalizáveis à população escolar.

Para fins de transparência científica, registra-se o uso complementar de Inteligência Artificial Generativa, por meio do ChatGPT, da OpenAI, exclusivamente para correção ortográfica, revisão gramatical, aprimoramento da estrutura textual e organização formal do manuscrito. A ferramenta não foi utilizada para produzir dados, selecionar evidências em substituição à autora, realizar análise científica autônoma ou definir conclusões. A autora revisou e validou o conteúdo final e permanece integralmente responsável pelo manuscrito. A declaração observa a Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026, que institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq.

ISSN: 3085-556X

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Seletividade alimentar e inclusão no contexto escolar

A literatura analisada indica que a seletividade alimentar deve ser compreendida como fenômeno heterogêneo. Em crianças sem transtorno alimentar, preferências e recusas podem ocorrer em determinadas fases do desenvolvimento; em outros casos, a intensidade e a persistência da restrição alimentar podem produzir repercussões que justificam avaliação especializada. O TARE, por sua vez, exige critérios clínicos específicos e não deve ser utilizado como sinônimo de seletividade alimentar (Suto, 2024; Murray, 2024).

Essa distinção é particularmente importante no ambiente escolar. A identificação de recusa alimentar não deve conduzir automaticamente a uma interpretação clínica. A escola necessita reconhecer a demanda, garantir segurança e comunicar-se com os responsáveis e profissionais envolvidos, enquanto a avaliação diagnóstica e terapêutica permanece no âmbito dos serviços competentes.

Nos estudantes com TEA, a seletividade pode estar relacionada a características sensoriais e à necessidade de previsibilidade. Lobo et al. (2023) e Bonfim et al. (2025) destacam a presença de dificuldades alimentares nesse grupo e suas possíveis repercussões nutricionais. Entretanto, a resposta pedagógica e alimentar precisa ser individualizada, pois pessoas com o mesmo diagnóstico podem apresentar repertórios e necessidades completamente distintos.

3.2. A experiência da rede municipal de Bertioga

Na experiência profissional analisada, observa-se aumento da demanda por adequações alimentares desde 2020. Entre 2024 e 2025, foram identificadas 35 prescrições médicas relacionadas à necessidade de atenção alimentar específica, além de encaminhamentos de nutricionistas e solicitações de famílias. O dado não permite concluir que houve aumento da prevalência de seletividade alimentar, pois depende da procura por atendimento, da emissão de documentos e dos mecanismos de registro adotados pela rede. Ele indica, contudo, aumento da demanda formal apresentada à gestão da alimentação escolar.

Essa distinção é relevante para evitar uma interpretação excessivamente causal dos registros administrativos. O crescimento dos documentos pode decorrer tanto de mudanças na prevalência quanto de maior reconhecimento das necessidades, ampliação do acesso a

ISSN: 3085-556X

diagnóstico e terapias, mudanças nos fluxos institucionais ou maior formalização das solicitações familiares.

A demanda apresenta maior complexidade em unidades de tempo integral, nas quais o estudante realiza várias refeições durante sua permanência. Quando a alimentação ofertada não é aceita, algumas famílias optam por encaminhar alimentos de casa. Essa solução pode ser necessária para garantir ingestão alimentar em situações específicas, mas produz uma tensão entre autonomia familiar e organização coletiva do PNAE. Também pode gerar comparação entre estudantes e situações de constrangimento, o que exige mediação pedagógica e comunicação cuidadosa.

A questão, portanto, não deve ser reduzida a permitir ou proibir alimentos externos. É necessário avaliar cada situação, definir responsabilidades e estabelecer protocolos que articulem segurança alimentar, necessidades individuais, regras sanitárias, direito à alimentação e convivência escolar.

3.3. Sobrecarga das equipes e limites da individualização

A experiência relatada evidencia que a adaptação alimentar individualizada pode produzir aumento relevante da complexidade operacional. Merendeiras precisam, em determinadas situações, executar preparações diferenciadas ou apresentar alimentos de maneira específica, enquanto nutricionistas precisam analisar prescrições, orientar equipes, dialogar com famílias e acompanhar situações particulares.

Quando essas demandas não são acompanhadas por protocolos, dimensionamento adequado e suporte técnico, existe risco de personalização excessiva do cuidado. O problema deixa de ser apenas a dificuldade do estudante em aceitar determinada refeição e passa a envolver a capacidade institucional de responder de modo seguro, previsível e equitativo.

A Resolução CD/FNDE nº 4/2026 reforça que a alimentação escolar deve atender inclusive estudantes que necessitam de atenção específica (Brasil, 2026a). Essa previsão normativa, entretanto, não significa que toda necessidade individual deva ser resolvida exclusivamente pela cozinha escolar. A efetivação da diretriz depende de planejamento, avaliação técnica, comunicação com a família e articulação com a rede de saúde quando houver necessidade clínica.

Nesse ponto, a experiência de Bertioga permite uma leitura crítica do processo: ampliar o reconhecimento das necessidades alimentares é positivo, mas a ampliação da

ISSN: 3085-556X

demanda precisa ser acompanhada pela estrutura necessária para que a inclusão não se converta em sobrecarga invisível dos trabalhadores da alimentação escolar.

3.4.Estratégias para uma alimentação escolar inclusiva

A literatura e a experiência analisadas apontam para a necessidade de combinar estratégias nutricionais, educativas e organizacionais. A primeira delas é a capacitação permanente de nutricionistas, merendeiras, gestores escolares e profissionais da educação. O objetivo não é transformar todos os trabalhadores em especialistas em transtornos alimentares, mas assegurar conhecimentos básicos para reconhecer necessidades, evitar práticas coercitivas e saber quando acionar suporte especializado.

A segunda estratégia é a articulação intersetorial. Situações associadas ao TEA ou ao TARE podem exigir avaliação e acompanhamento de diferentes profissionais. A escola precisa ter canais de comunicação que permitam integrar informações relevantes sem violar a privacidade do estudante. O Programa Saúde na Escola pode constituir espaço institucional para ações articuladas entre saúde e educação, quando adequado ao caso.

A terceira estratégia consiste na organização de protocolos municipais. Um protocolo pode estabelecer fluxo para recebimento de prescrições e relatórios, critérios para avaliação nutricional, formas de comunicação com as famílias, responsabilidades de cada profissional, procedimentos para substituições e acompanhamento dos casos. A padronização do fluxo não deve significar padronização das necessidades: o protocolo deve organizar o processo, mantendo a individualização da resposta.

A quarta estratégia é a educação alimentar e nutricional. A alimentação pode ser trabalhada como dimensão pedagógica, cultural e social, favorecendo o respeito às diferenças e reduzindo estigmas. A participação dos estudantes precisa respeitar seus limites e não pode transformar a ampliação do repertório alimentar em obrigação ou exposição constrangedora.

Por fim, a organização do ambiente de refeição merece atenção. Ruído, tempo reduzido, disposição dos espaços, odores, temperatura e pressão social podem interferir na experiência alimentar. A inclusão exige que a escola examine também essas barreiras ambientais, e não apenas o conteúdo do prato.

ISSN: 3085-556X

3.5. Limites das evidências e implicações para políticas públicas

A principal contribuição do relato de experiência está em evidenciar a dimensão operacional de uma demanda que frequentemente é tratada apenas como questão clínica ou nutricional. A experiência mostra que a implementação da inclusão alimentar depende de recursos humanos, fluxos administrativos, comunicação e condições materiais.

Entretanto, os dados disponíveis não permitem mensurar a prevalência da seletividade alimentar na rede municipal, comparar unidades escolares ou avaliar quantitativamente a eficácia das adaptações realizadas. Também não é possível atribuir causalidade entre as estratégias descritas e mudanças no estado nutricional ou no desempenho escolar dos estudantes.

Essa limitação não reduz a utilidade do relato, mas delimita o alcance de suas conclusões. A experiência deve ser compreendida como evidência contextual, capaz de formular hipóteses, identificar problemas de gestão e subsidiar estudos posteriores, e não como prova de efetividade de determinada intervenção.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permitiu compreender que a inclusão alimentar de estudantes com seletividade alimentar constitui questão multidimensional, envolvendo alimentação adequada, segurança alimentar e nutricional, participação social, condições sensoriais, práticas educativas e organização do trabalho escolar.

A experiência da rede municipal de Bertioga evidencia aumento da demanda formal por adequações alimentares, especialmente nos últimos anos. Esse dado deve ser interpretado com cautela, pois os registros administrativos não permitem estimar prevalência; indicam, sobretudo, crescimento da demanda apresentada à gestão.

A efetivação da inclusão não depende apenas da capacidade de adaptar refeições. Requer suporte técnico, formação permanente, protocolos institucionais, articulação entre saúde e educação, comunicação com as famílias e condições adequadas de trabalho para as equipes responsáveis pela alimentação escolar.

Também se conclui que a individualização deve ser equilibrada com princípios de equidade e convivência coletiva. O envio de alimentos de casa, por exemplo, pode constituir solução necessária em situações específicas, mas deve ser analisado dentro de um fluxo

ISSN: 3085-556X

institucional que preserve a segurança, a dignidade e a participação do estudante, evitando soluções improvisadas ou estigmatizantes.

Como limitações, destacam-se o caráter local do relato de experiência, a ausência de coleta direta junto a estudantes e familiares, a dependência de registros administrativos e a utilização de revisão narrativa, que não possui o rigor metodológico de revisões sistemáticas. Pesquisas futuras podem desenvolver estudos multicêntricos, séries temporais de registros administrativos, análises dos tipos de adequação alimentar e investigações sobre a percepção de estudantes, famílias, merendeiras, nutricionistas e professores.

Conclui-se que políticas de alimentação escolar inclusiva precisam avançar da resposta individual e reativa para uma estrutura institucional planejada. O fortalecimento do PNAE, aliado à organização das redes municipais e à articulação intersetorial, pode contribuir para que a alimentação escolar seja efetivamente um espaço de cuidado, participação e inclusão.

REFERÊNCIAS

BONFIM, Julia Drumond et al. Desafios da nutrição inclusiva para crianças com transtorno do espectro autista. **Revista Científica Anima Educação**, [S. l.], 2025. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/CA/article/view/26873. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 1 set. 2026.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026. Dispõe sobre a gestão e a oferta da alimentação escolar aos estudantes da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e dá outras providências**. Brasília, DF: FNDE, 2026a. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2026/resolucao-cd_fnde-no-4-de-26-de-fevereiro-de-2026.pdf. Acesso em: 1 set. 2026.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Nota Técnica nº 5339254/2026/COSAN/CGPAE/DIRAE. Brasília, DF: FNDE, 2026b**. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae/notas-tecnicas/2026/sei_5339254_nota_tecnica.pdf. Acesso em: 1 set. 2026.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica**

do CNPq. Brasília, DF: CNPq, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/composicao/comissao-de-integridade/documentos. Acesso em: 1 set. 2026.

LOBO, Fernanda Souza et al. Seletividade alimentar e crianças com transtorno do espectro autista: revisão da literatura. **Revista Neurociências**, [S. l.], 2023. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/15516. Acesso em: 1 set. 2026.

MURRAY, H. B. **Avoidant/restrictive food intake disorder: current evidence and clinical considerations**. [S. l.: s. n.], 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde: CID-11**. Genebra: OMS, 2019. Atualização 2025. Disponível em: https://icd.who.int/browse/2025-01/mms/pt/. Acesso em: 1 set. 2026.

SUTO, Silvia Cordeiro de Sousa. **Guia sobre conceitos, abordagens nutricionais e técnicas utilizadas no combate à seletividade alimentar infantil**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2024. Disponível em: https://saocamilo-sp.br/_app/views/publicacoes/outraspublicacoes/Guia_seletividade_alimentar_infantil.pdf. Acesso em: 1 set. 2026.

ISSN: 3085-556X